



ACÓRDÃO Nº207/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12947/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social – MARAAPREV.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Benedito de Oliveira Júnior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 310/2022-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social – MARAAPREV. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Previdência Social de Marã – MARAAPREV, referente ao exercício financeiro de 2020, sob a responsabilidade do **Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor - Executivo, nos termos dos arts. 1º, II, a; 22 II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 c/c arts. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;

10.2. Determinar ao Fundo Municipal de Previdência Social de Marã – MARAAPREV que:

10.2.1. Proceda ao cadastro e registro no Sistema E-Contas deste Tribunal;

10.2.2. Proceda à cobrança tempestiva das contribuições previdenciárias referentes aos servidores estatutários municipais. Não obtendo êxito, comunique tempestivamente



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº207/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

a este Tribunal, por meio dos Correios ou do e-mail
secex@tce.am.gov.br;

10.3. Dar quitação Dar quitação ao **Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, da Lei n. 2423/1996 c/c o arts.163, §1º, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.4. Determinar o apensamento do referido feito aos autos do Processo nº 12.956/2021, Prestação de Contas Anuais, do exercício de 2020, da Prefeitura de Maraã, de modo que possa ser determinado, à Gestão Municipal, que efetue a estruturação do Fundo, a fim de que possa exercer suas funções e resguardar o patrimônio dos servidores estatutários municipais;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO que, por meio do setor competente, cientifique o interessado sobre o teor deste julgamento, nos termos do art. 162, §1º, do Regimento Interno do TCE/AM, encaminhando-lhe cópia deste Relatório/Voto e do sequente Acórdão.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Março de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral